

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.984 - RO (2019/0343260-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GENEZIO GARCIA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : JOSÉ MARÇAL ANTÔNIO CAONETTO
ADVOGADO : ANDRÉ BONIFÁCIO QUEIRÓZ RAGNINI - RO001119

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GENEZIO GARCIA PEREIRA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

"Apelação cível. Réu não localizado nos endereços indicados, estando em lugar incerto e não sabido. Citação por edital. Possibilidade.

Ficando caracterizado que os réus estão em lugar incerto e não sabido, é possível a citação por edital." (e-STJ, fl. 154)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos art. 252, art. 256 §3º, art. 257 e incisos, art. 783 caput, todos do CPC e Súmula 414 do Superior Tribunal de Justiça, sustentando, em síntese, que: 1) inexistente força executiva do suposto contrato verbal que ampara a presente execução e 2) é nula a citação por edital do recorrente por não ter esgotado todos os meios para sua localização.

Apresentadas contrarrazões às fls. 185/192 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

De início, a indicação de ofensa à súmula não enseja a abertura do recurso especial, por não se enquadrar no conceito de lei previsto no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal (AgRg no REsp 782.818/ES, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, DJe 30.11.2009).

Quanto à alegação de que inexistente força executiva do suposto contrato verbal que ampara a presente execução, o Tribunal de origem expressamente consignou o seguinte:

"Na espécie, o apelado juntou “contrato particular de arrendamento de pastagem para fins de exploração de pecuária”, com força executiva, conforme artigo 784, III, do CPC, estando presente a prova para o ajuizamento da ação executiva.

Com efeito, havendo prova escrita, caberia o devedor desconstituir a pretensão do credor, nos termos do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, o que não foi feito" (e-STJ, fls.154)

Como visto, ao contrário do que alega o recorrente, a Corte de origem consignou que a execução embargada está baseada em um “contrato particular de arrendamento de pastagem para fins de exploração de pecuária”, que foi devidamente apresentado.

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO NÃO IMPUGNADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, é inviável agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula n. 182/STJ.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente, quanto à ausência de liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, demandaria o reexame da matéria fática, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1517790/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 30/08/2019)

Além disso, o recorrente alega também que sua citação por edital é nula, pois não foram esgotadas as tentativas de localização.

Sobre o tema, assim constou no acórdão:

"No caso, observa-se que a citação por edital foi precedida de realização de tentativas de citação pessoal, bem como pesquisas nos sistemas Infojud, a fim de localizar o apelante, sem obtenção de êxito, concluindo-se que o executado está em local incerto e não

sabido.

(...)

Observa-se que foram tomadas todas as providências legais prévias e necessárias para citação pessoal do apelante, estando regular a citação por edital, notadamente porque atendidos os requisitos do artigo 257 do CPC." (e-STj fl. 152/153)

A Corte de origem expressamente consignou que a citação por edital foi precedida de realização de tentativas de citação pessoal, pesquisas nos sistemas Infojud, concluindo que o executado está em local incerto e não sabido. Também no ponto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a citação por edital somente é admitida quando previamente esgotadas as tentativas de localização da parte demandada.

A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada na instância ordinária no tocante à ciência acerca do paradeiro da parte demandada ou mesmo sobre a inexistência de prévias diligências para a obtenção do seu endereço comercial, medida vedada pela via do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1346536/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR EDITAL. VALIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA LOCALIZAR O RÉU. SÚMULA 7 DO STJ. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE IMPOSIÇÃO LEGAL. PRECEDENTE DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para modificar o que foi decidido pela Corte de origem, no tocante à ausência de nulidade da citação por edital, em virtude do cumprimento de todas as diligências necessárias para citação pessoal do réu, seria necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência incabível no recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial ante o óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

2. Ademais, conforme já decidiu esta Corte, "não há imposição legal de expedição de ofícios às repartições públicas, para fins de localização do réu tido em local incerto ou não sabido, cuja necessidade deve ser analisada no caso em concreto" (REsp 364.424/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2002, DJ 06/05/2002, p. 289).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1233310/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de fixar os honorários recursais tendo em vista que não foram arbitrados honorários advocatícios na origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator